
Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Antonio Risério | Foto: [Walter Craveiro](#)

Identities in question – Review of the book *Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária*, by Antonio Risério

Tiago Alinor Hoissa Benfica (UFGT/SEDUC-MT)

Resumo: *Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária*, de Antonio Risério, critica a hegemonia identitária na academia. O estilo é panfletário e pouco rigoroso, mas traz reflexões provocativas sobre dissenso teórico, guetificação intelectual e pós-modernidade, instigando debates atuais nas Ciências Sociais.

Palavras-chave: Antonio Risério; esquerda identitária; polarização política; crítica acadêmica; pós-modernidade.

Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária não se encaixa nos cânones acadêmicos, mas expressa a existência de uma polêmica direcionada à academia, nos espaços de opiniões homogêneas, onde impera o consenso, no caso, os debates acadêmicos do campo educacional e nas ciências sociais. O autor Antonio Risério (1953-) é um conhecido polemista que, tendo sido militante estudantil, preso pela ditadura, trabalhado na campanha e nos governos petistas, hoje se proclama crítico da esquerda, que ele qualifica de fascista e identitária. Na sua formação acadêmica ele possui mestrado em Sociologia. Hoje ele se identifica profissionalmente como escritor.



A obra é um ensaio sobre teoria e política, mas o teor é mais político. Ela está dividida em nove seções ou capítulos e os “anexos”, que compõem mais de um quarto do livro. Seu estilo narrativo demonstra um sentimento bastante amargo e o uso da palavra ressentimento, em um sentido nietzschiano, empregado para se referir à “politização do ressentimento” por parte da esquerda identitária, também é patente nos argumentos do autor. A sua narrativa não possui uma estética agradável, utilizando-se sem rodeios de palavras de baixo calão, abusando dos parênteses para tentar expor suas ideias, e eu ainda notei a economia no uso de preposições e artigos, o que dificulta o exercício de uma leitura mais suave.

Isso tudo já demonstra que o livro não é acadêmico, pois ele ainda não cita com precisão suas fontes ou as obras ligeiramente referenciadas. Mas o livro exhibe discrepâncias teóricas e comportamentais de certos adeptos da pós-modernidade e é uma crítica à academia, feita por meio de autores não “pós-modernos” trazidos à baila, e evoca um conhecimento nada limitado por parte do autor. Um estranhamento positivo que tive ao ler sua obra, da segunda edição, é que ela parece melhor escrita nos “anexos”, quando o autor retoma algumas ideias, do que propriamente o corpo do texto.

O título – *Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária* – é bastante chamativo, mas discordo do uso indiscriminado da palavra fascista, que se transformou em uma granada de mão para ser jogada para o inimigo. A dita palavra não foi invenção da esquerda, não foi uma “caricatura” originalmente acusativa. Ela foi criada pela direita, na Itália, autodeclarada pelo grupo de Benito Mussolini. No entanto, o campo das Ciências Humanas não gosta muito de respeitar limites conceituais como se observa no perfil da astronomia, que consegue reunir especialistas para definir o conceito de planeta e rebaixar Plutão à categoria de planeta-anão. Nesse sentido, somos anarquistas. Mas diferentes tentativas de definir fascismo dentro e fora da experiência europeia da primeira metade do século XX podem ser encontradas em obras como o *Dicionário de Conceitos Históricos* (Silva; Silva, 2009).

No *Dicionário* há a referência a autores que detectaram o uso abusivo do conceito “fascista”, ou seja, desprovido de critérios ou definições precisas. Antonio Risério tentou se defender das críticas ao defini-lo como uma “tentativa de exercer controle ditatorial sobre a postura e o discurso dos outros, desde que estes manifestem o mínimo teor de discrepância com relação aos dogmas ou à doxa de determinado grupo” (p. 23), algo que eu não concordo.

Primeiro que, resguardando a historicidade do termo, mesmo levando em conta a dinâmica da língua, fascismo é coisa de direita. Mas não é por isso que o descarrego acusatório do autor seja desprovido de sentido, pois se trata de uma denúncia das práticas autoritárias enraizadas em nossa cultura, de relações de poder escamoteadas que o autor busca evidenciar em grupos de esquerda. E, partindo do princípio de que toda a cultura é arbitrária, e nela estamos inseridos, nesse aquário os historiadores também se encontram.

Agora, mais uma vez, parece-me totalmente abusivo [1] caricaturar os comportamentos radicais da esquerda acadêmica com o termo fascista, pois, por mais que militantes tratem o pensamento ou a ideologia do outro de modo segregado, por mais que possam não respeitar o direito à diferença de pensamento ou à “outridade”, a direita brasileira vai muito além: ela nunca deixou o poder político, e àqueles que a ameaçam, ela busca eliminar, seja criando uma série de empecilhos no serviço público, seja negando direitos aos economicamente desafortunados, seja promovendo assassinatos de lideranças de “esquerda”, que vai desde o índio que luta na retomada de suas terras, do militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, dos então estudantes universitários presos e torturados pela ditadura militar, a políticos como Marielle Franco. Trata-se aí da eliminação física do outro, um caso limite. E em se tratando de Brasil, dizer que há fascismo de esquerda e de direita é um abuso, pois é como se ambos os valores e comportamentos fossem equiparados, e tal postura já foi analisada no caso da ditadura Argentina por meio da “teoria dos dois demônios” [2]. Portanto, uma coisa é o cerceamento da liberdade de expressão movida por nosso autoritarismo político cultural endêmico, outra coisa é a eliminação física do inimigo ideológico, situação que nenhum liberal ou socialista, cujos ideais se ancoram nos Direitos Humanos, pode concordar. A não ser em uma guerra civil. Acho que não chegamos a tanto, ao menos da parte da esquerda.

Agora, é recomendável a leitura do livro? Sim! Mas é preciso lê-lo criticamente, não no sentido de um julgamento cuja condenação já se vê de antemão, mas no sentido etimológico de “peneira”, de separar, para depois avaliar. Como professor de História, na escola de nível básico, e tendo lecionado no ensino superior a disciplina sobre Relações Étnico-Raciais, em faculdades particulares, a leitura do livro permitiu entender melhor a resistência de muitos alunos ao conteúdo que eu lhes trazia. E uma coisa que aprendi recentemente é a refletir mais sobre a palavra dissenso. A depender do perfil dos alunos, as problematizações do tempo presente acerca do racismo são muitas vezes negadas, inclusive muitos deles afrodescendentes. Entre eles há um forte apego à meritocracia, uma ausência no aluno de ensino superior de uma leitura contextualista historicamente embasada, e quando se trata de temáticas indígenas, o preconceito ou falta de conhecimento da realidade é ainda maior. Aliás, as principais dificuldades que tive ao lecionar sobre diversidade étnico-racial se dirigem à religiosidade afro-brasileira e ao respeito simbólico e econômico e das terras indígenas. Digo isso porque a leitura do livro é um contraponto às políticas de reparação étnico-raciais promovidas sobretudo pelo governo do Partido dos Trabalhadores/PT. Assim, o livro possibilita antever a reação – que a esquerda denomina de conservadora – dos alunos, da nossa clientela, com crenças ideológicas bastante enraizadas, que muitas vezes me fizeram reagir de modo beligerante, e hoje vejo que isso não foi a estratégia mais inteligente.

O leitor pode concordar ou não com o autor acerca da leitura sobre os movimentos sociais, que é bastante superficial sobre o caso do Brasil, mas o autor contribui para o debate ao apontar as importações teóricas dos esquemas explicativos advindos dos Estados Unidos da América – designadas como “colonização da academia” –, e com a crítica da forma de enfrentamento às questões de raça daquele país que foram tomadas para serem aplicadas à realidade brasileira. O autor é forte opositor das interpretações das teorias chamadas de “pós-modernas”, que desconstruem as metanarrativas de projetos sociais com vista à transformação da realidade social para deixar brotar preocupações de grupos específicos, ao que Risério chama de formação das nanocomunidades, produzindo uma guetificação, que partiria da universidade. Dentre os vários termos utilizados como categoria acusatória, também se destacam o de *neonegros* – a ideia de uma pureza negra livre da cultura ocidental –, e de o *radfems* – radicais feministas.

O contraponto teórico da obra chama atenção, não só pela recusa do autor quanto ao paradigma predominante nas ciências sociais brasileira, mas também por trazer outras referências, demonstrando a existência de dissensos teóricos de autores de várias nacionalidades. Isso é curioso, pois raros são os casos de embates teóricos na atualidade. Daí que faz sentido o termo da guetificação na academia, da formação de grupos intelectuais, que se apropriam de apenas uma linha teórica e dela se cercam, ou melhor, passam a estar rodeados apenas pelos apoiadores, muito apropriadamente chamado de “pares”. A ausência de ponderações divergentes acaba por produzir a sensação de culto ao progresso, ao novo e à novidade, pois, as discussões teóricas nas Ciências Sociais parecem ser colocadas como evolucionistas, em que depois do moderno veio o pós-moderno, e agora vemos o sucesso do “decolonial”. Sobre esses “guetos”, grupos de pesquisa e grupos de poder que emergem nas Ciências Humanas, que se reflete no comportamento da militância política, a qual se dirige as palavras do autor, sua crítica não é totalmente desprezível: “esses identitários se fecham como adversários furiosos da diversidade, desfechado um combate feroz e sem tréguas à outridade (...) a belicosidade, o foguetório revolucionarista, etc., com sua recusa do outro, transforma potenciais aliados em, no mínimo, adversários potenciais”. (p. 69, 138).

Nesses tempos de *fake news*, palavra que o autor não se utilizou, chama a atenção o retorno da discussão da concepção de verdade. O argumento de que há múltiplas epistemologias, todas elas envoltas de ideologias, com sua historicidade própria, defendida por grupos sociais distintos, é bastante utilizado para se referir à “recusa da racionalidade iluminista e da ciência moderna” (p. 26); os tempos atuais parecem acenar uma reviravolta, pela ideia mesma que a ciência possui uma objetividade, que há critérios a serem estabelecidos universalmente para que haja um conhecimento cuja validade independa das ideologias e das culturas, mesmo que carregue e explicita as suas limitações.

A tensão provocada pela pandemia do COVID-19 expôs ainda mais os extremismos ideológicos, e veio na esteira do fundamentalismo religioso, pois ideologias reacionárias fizeram prosperar o movimento antivacina e propuseram tratamentos medicamentosos com eficácia não comprovada ao novo vírus, provocando a reação até de muitos adeptos das teorias “pós-modernas”, com o ato de tirar do armário palavras julgadas ultrapassadas como a de “fato”, “documento”, “prova”. Dito isso, concordo que igualar a epistemologia

ao nível de uma categoria discursiva assim como outras, desprovida de uma objetividade, precisa ser revista. É necessário dissociar a epistemologia da axiologia, para que o debate sobre os valores ganhe maior legitimidade e que as batalhas ideológicas não se rendam à era da “pós-verdade”, para então disputar os corações dos leitores, estimular a sensibilidade com suas estéticas.

O livro *Sobre o relativismo pós-moderno* mostra que a crítica ao “marxismo cultural” não é apenas proveniente da direita reacionária. Risério discute esse termo fazendo um elogio ao marxismo econômico, que propunha uma utopia universalista, e ataca a atual esquerda que converteu seu espírito sacerdotal [3] salvacionista da humanidade para defender grupos segmentados que se agrupam nas discussões racialistas e sexistas, ou melhor, sobre raça e sobre gêneros sexuais.

Contra a guetificação da academia e de comportamentos políticos, Antonio Risério faz o elogio à mestiçagem brasileira, ao mito da democracia racial que impôs a cultura europeia e pouco se importa com frases que possam ser enquadradas como machistas e eurocêntricas, reclamando do distanciamento do conceito de humano no debate político atual. O autor afirma que as concepções de humanidade, igualdade de direito e liberdade de expressão são valores evocados a partir da Europa ou da sociedade ocidental. Trata-se de uma provocação para rebater críticas vagas ao eurocentrismo, notando que os valores da sociedade ocidental – assim como toda cultura – são dinâmicos e não são homogêneos, e que práticas bárbaras e opressivas, presentes em muitas sociedades na atualidade, são escamoteadas na crítica ao eurocentrismo.

O autor combate a ideia de “lugar de fala” que, no seu entendimento, transformou-se em aparato discursivo de poder, de reserva ou mercado/da palavra. Uma definição mais precisa de sua crítica ao “lugar de fala” foi uma citação de Fernando Coscioni, professor de Geografia, retirada da conta do *Facebook* do mesmo: “para ter legitimidade no que diz, você precisa ser pertencente a um desses grupos de ‘oprimidos’, com a ‘fala legítima’, senão, mesmo que você diga algo razoável, você será escorraçado como um ‘opressor’” (p. 88). Parece-me que é essa a concepção captada pela “direita”. Risério sabe que a ideia original de “lugar de fala” se referia a um constrangimento da posição de classe, desenhado pelo lugar ocupado pelo indivíduo, que lhe possibilitaria uma visão particularizada do entendimento, com uma conotação positiva da experimentação do sujeito e seu discurso, assim como uma limitação do grupo diante da hierarquia social. O autor, em síntese, ressalta que o radicalismo no comportamento da “esquerda identitária” provocou um efeito colateral na direita: “o fascismo identitário provoca o recrudescimento do fascismo de direita” (p. 140).

Mas afinal, como pode ser lido o livro em questão? De um lado, o texto pode ser entendido como uma obra ideologicamente inclinada à direita reacionária para atacar a esquerda. De outro, ele pode ser um entendimento útil para a esquerda perceber como pensa o outro, para refletir sobre o porquê de seus ideais salvacionistas dos oprimidos serem recusados por uma grande parcela da sociedade e assim não ser pego despreparado, para, sendo bastante utópico, a esquerda fazer autocrítica. Há ainda uma terceira possibilidade, dirigida à esfera teórica nas ciências sociais, com a apresentação de discussões

de autores que pensam diferente, que não aceitam com suavidade a proposta de interpretação “pós-moderna”, sobretudo da vertente foucaultiana. De toda a forma, reflete bem os nossos tempos de polarização, já que o próprio autor pendula entre inclinações à direita e elogios à disposição da revolução social do velho marxismo.

Notas

1. Sobre a definição de história abusiva, ver MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 66-88, 2019.
2. Sobre “la teoría de los dos demonio”, ver GONZÁLEZ, Paula. La última dictadura argentina en el aula: entre materiales, textos y lecturas. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 60-82, 2018.
3. Sobre os conceitos de sacerdote e de ressentimento, ver NIETZSCHE, Friedrich W. *A genealogia da moral*. Tradução Antonio Carlos Braga. 3ª edição. São Paulo: Editora Escala, 2009.

Referências

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

Sumário de *Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária*

Nota do autor

1. A violência rouba a cena
2. O loutro!: do reconhecimento à rejeição
3. Caminhos para a cracolândia mental
4. A racionalidade planetária
5. Abolição da história e das classes sociais
6. A defesa do apartheid político e cultural
7. A bolha neonegra, o afro-oportunismo
8. A onipotência do palavreado
9. Superar o apartheid, reencontrar a democracia

Anexos – Mini recado ao eventual leitor ou leitora

1. Entrevista a Luciano Trigo
2. De olho no “lugar de fala”
3. Chega dessa conversa de Brasil e de brasileiros?
4. Colagem-Posfácio: de olho em algumas questões

Resenhista



Tiago Alinor Hoissa Benfica é doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e professor de História no ensino básico da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT), cidade de Sinop. Publicou, entre outros trabalhos, [História e universidade](#): a institucionalização do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968-1990) (2016) e [Tempos autoritários e militância intelectual](#): posicionamentos políticos e temas sensíveis na Revista História Hoje (2017-2019). E-mail: tiagoalinor@gmail.com.

Para citar esta resenha

RISÉRIO, Antonio. Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária. 2ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2020. 199p. Resenha de: BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. Identidades em questão. *Crítica Historiográfica*, Natal, v.1, n.2, p.1-7, nov./dez. 2021.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais (CC BY-SA).